

As dúvidas sobre a dívida externa

Moratória novamente, nem a primeira nem a última vez, porém. A moratória parcial de 1987 segue-se à de 1983 e outras virão em tempo oportuno, doença congênita, enfizema pulmonar que condiciona a capacidade respiratória da economia brasileira desde 1824, em pleno reinado de Pedro I, o independencista.

A atual moratória já era tecnicamente esperada desde agosto do ano passado e sua declaração em fevereiro talvez tenha obedecido, como no Plano Cruzado, mais a razões políticas do que propriamente a excelência do planejamento econômico.

Quanto às importações, teoricamente proibitivas doravante, os estratégicos estoques de petróleo devem durar entre 60 e 90 dias e as reservas anunciadas de US\$ 4 bilhões permitiriam levar a economia brasileira por mais uns seis meses adicionais de comércio internacional "paralelo". Esses US\$ 4 bilhões estariam a salvo em contas bloqueadas no Panamá, na Suíça e — pasmem — na União Soviética, segundo o *Jornal do Brasil*.

Para o público interno a moratória vem sem prazo e para o externo vem por três meses, acudindo a propósitos da legislação americana, que registra como prejuízo contas não recebidas após um trimestre.

Mas lá fora, como aqui dentro, tudo deve se passar no melhor dos mundos possíveis: no momento conveniente nós fingiremos que pagamos e os credores fingirão que receberam, conforme nota um especialista em dívida externa.

Em tese, a ninguém interessa a falência externa do Brasil. Na prática, porém, o governo e o PMDB cultivam uma tendência isolacionista derivada do pequeno peso e da alta turbulência provocados pelo setor externo na economia brasileira e parecem dispostos a pagar para ver no que dá o exercício de alguns truques contábeis e de uma popular retórica patriótica. Afinal, a Constituinte não deu o Ibope esperado, tão necessário ao abrandamento das tensões internas.

Já com a moratória torna-se mais factível mergulhar o país no receituário do FMI (vale dizer recessão via inflação), sem que a detestável sigla precise aparecer em atos de indignidade explícita.

Assim (pelo menos da visão da planície), a performance interna da economia, em 1987, deve ser francamente recessiva, senão pela limitação física de importações em setores pouco estocados, senão em decorrência das recentes cicatrizações do saudoso cruzado.

Quanto à moratória em si, a obtenção de resultados que positivem ou rendam frutos mais do que proporcionais ao traumatismo, depende fundamentalmente da habilidade, da coragem e da seriedade de nossos negociadores.

Em princípio deveria ser uma negociação essencialmente política, versando sobre objetivos de longo prazo, que desobstruam o panorama econômico pelo curso de uma década. As negociações "técnicas", como as empreendidas nos últimos anos pelos países endividados, abrangem um curto e médio prazos muito pouco satisfatórios, de baixa eficiência no tratamento do problema estrutural da dívida.

Mais ainda: o Brasil teria que concentrar esforços com outros países endividados, principalmente México e Argentina, para uma ação coordenada.